



CÂMARA MUNICIPAL DE BARRETOS
ESTADO DE SÃO PAULO

Barretos, 28 de maio de 2014.

Exmo. Sr.
Renan Calheiros
DD. Presidente do Senado Federal
BRASÍLIA-DF

196 201402291 994
Junte-se ao processado de

PLS
nº 243, de 2.030

Em 12/08/2014

Com nossas cordiais saudações, temos a honra de levar ao conhecimento de V. Ex.^a, que esta Câmara Municipal, em sessão ordinária realizada no dia 26 do corrente, aprovou por unanimidade o **Requerimento nº. 651/2014**, de autoria da Vereadora **PAULA OLIVEIRA LEMOS**, cujo teor na íntegra transcrevemos:

"**Considerando** que a Câmara dos Deputados aprovou, em votação simbólica, há algumas semanas, o projeto de lei 7.220/2014, de autoria do Senador, Sr. Alfredo Pereira Nascimento, que altera o nome jurídico do artigo 218-B do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e acrescenta inciso ao art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, classificando como hediondo o crime de exploração sexual de criança, adolescente ou de pessoa vulnerável;

Considerando que, pela proposta, que aguarda apenas a sanção da Excelentíssima Presidente da República, a pena prevista em caso de favorecimento da prostituição ou de outra forma de exploração sexual de criança ou adolescente ou de vulnerável é de quatro a dez anos de reclusão, aplicável também a quem facilitar a prática;

Considerando que o projeto é um grande avanço no combate à exploração sexual de crianças e adolescentes, estabelecendo tolerância zero aos praticantes deste mal pernicioso, que não poderão pagar fiança e não terão direito à anistia, graça ou indulto natalino;

Considerando que nossa sociedade há muito ansiava por esse endurecimento no combate aos crimes de natureza sexual que vitimizam crianças e adolescentes, causando, além de agressões físicas, profundas cicatrizes emocionais e psicológicas.


Pelo exposto,

REQUEIRO à Mesa, ouvido o douto Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, sejam consignados em ata de nossos trabalhos moção de apoio ao Projeto de Lei nº 7.2240/2240, de autoria do Senador, Sr. Alfredo Pereira Nascimento, que altera o nome jurídico do artigo 218-B do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e acrescenta inciso ao art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, classificando como hediondo o crime de exploração sexual de criança, adolescente ou de pessoa vulnerável.

REQUEIRO mais, sejam enviados ofícios à Exma. Sra. Presidenta da República, Dilma Rousseff; ao Exmo. Sr. Presidente da Câmara dos Deputados, Sr. Henrique Eduardo Lyra Alves, extensivo a todos os deputados e ao Exmo. Sr. Presidente do Senado Federal, Sr. Renan Calheiros, extensivos a todos os senadores, dando-lhes ciência do exposto."

Sendo o que se nos oferece para o momento, subscrevemo-nos com os protestos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente


Leandro Aparecido da Silva Anastácio
Presidente





SENADO FEDERAL
Presidência

Brasília, 09 de junho de 2014.

A Sua Senhoria o Senhor
LUIZ FERNANDO BANDEIRA DE MELLO
Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

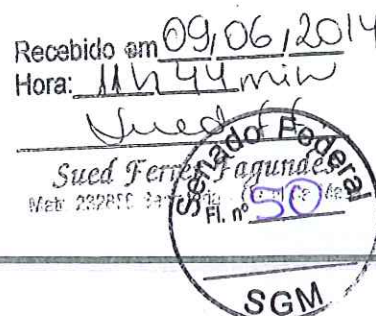
Senhor Secretário-Geral,

Cumprimentando-o, encaminho, para conhecimento e providências pertinentes, os anexos expedientes constantes da relação abaixo, que foram endereçados a esta Presidência.

DOCUMENTO	ORIGEM	ASSUNTO
Ofício nº 182/2014 – GAB-PRES	Câmara Municipal de Vereadores	Encaminha solicitação de nº 26 de 26/05/2014, solicitando que o Senado Federal e Câmara dos Deputados manifeste contra o Veto da Presidenta Dilma ao Projeto de Lei que Isenta tratores e Máquinas Agrícolas de Emplacamento.
Ofício C.V. 211/2014 – GAB-PRES	Câmara Municipal de Vereadores de Panambi	Informa que aquela casa Legislativa Aprovou Requerimento de nº 486/2014, Solicitando celeridade na apreciação da PEC. 341/2013 e da PEC 39/2013.
Ofício nº 10.899/2014 – DCO	Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba	Informa que aquela casa Legislativa aprovou o Requerimento de nº 5.994/2014, de autoria do Deputado Francisco de Assis de Quintans, apelando a bancada Federal do Nordeste na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, para solicitar prioridade na apreciação e votação do PL 5860/2011, oriundo do PLS 688/2011.
Ofício nº 4756-EXP.	Câmara Municipal de São José dos Campos	Encaminha Moção de nº 32/2014, Moção de Apoio da Câmara Municipal de São José dos Campos á aprovação e consequente promulgação do substitutivo da PL. 1332/03, pelo Senado Federal.
Ofício nº 609/2014 – EAM/APE	Câmara Municipal de Barretos	Informa que aquela casa Legislativa aprovou o Requerimento de nº 651/2014, que trata da Moção de Apoio ao Projeto de Lei 7.2240/2240.
Documento sem numero	Câmara Municipal de Vereadores de Quevedo do Estado do Rio Grande do Sul	Moção de Repúdio no que se refere a cobrança de Licenciamento de Máquinas Agrícolas.

Atenciosamente,


EMILIA MARIA SILVA RIBEIRO CURI
Chefe de Gabinete



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Brasília, 08 de agosto de 2014

Senhor Leandro Aparecido da Silva Anastácio, Presidente
da Câmara Municipal de Barretos – SP,

Em atenção ao Ofício nº 609/2014, encaminhado a esta
Secretaria-Geral pela Presidência do Senado, informo a Vossa
Excelência que sua manifestação foi juntada ao processado do Projeto
de Lei do Senado nº 243, de 2010, que, aprovado, gerou a Lei nº
12.978, de 21 de maio de 2014, que *"Altera o nome jurídico do artigo
218-b do decreto-lei 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal;
e acrescenta inciso ao artigo 1º da lei 8.072, de 25 de julho de 1990,
para classificar como hediondo o crime de favorecimento da
prostituição ou de outra forma de exploração sexual de criança ou
adolescente ou de vulnerável"*, conforme folha de tramitação anexa.

Atenciosamente,


Luiz Fernando Bandeira de Mello
Secretário-Geral da Mesa

